

Práticas informacionais de travestis, transexuais e transgêneros:

uma revisão de literatura

Marcela Aguiar da Silva Nascimento

Marta Leandro da Mata

Como citar: NASCIMENTO, M. A. da S.; MATA, M. L. Práticas informacionais de travestis, transexuais e transgêneros: uma revisão de literatura. *In:* CASARIN, H. de C. S. (org.) **Usuários da Informação e Diversidade**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 147-168.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-148-5.p147-168>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 5

Marcela Aguiar da Silva Nascimento
Marta Leandro da Mata

PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a informação é elemento primordial no desenvolvimento intelectual e social dos indivíduos. Com as transformações dos problemas oriundos da Sociedade da Informação e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), os moldes clássicos da cultura e da informação nos ambientes sociais, educacionais e governamentais estão sendo modificados.

A relação entre os meios de comunicação e as tecnologias informatizadas têm colaborado para a disseminação, a circulação e o consumo das informações (re)produzidas nos mais diversos canais informacionais existentes. No entanto, o fluxo informacional nas redes midiáticas de comunicação, as constantes alterações das necessidades de informação e a crescente reformulação dos discursos hegemônicos por comunidades historicamente estigmatizadas têm sido configuradas como um desafio para as bibliotecas, arquivos e museus que atuam em moldes tradicionais, isto é, que não visualizam populações vulnerabilizadas como públicos reais e/ou potenciais.

Tradicionalmente, os acervos das unidades de informação demonstraram não satisfazer as necessidades de informação da população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e demais gênero-diversas) no que concerne a história cotidiana, a memória coletiva e a reconstrução identitária. As unidades de informação mais conservadoras podem ser

consideradas problemáticas para os estudos relacionados à memória, história, cultura e senso político desta população, tendendo a ocultar o tema, recusar materiais sobre a temática e até conspirar negativamente (HAUNTON, 2013).

Há cerca de vinte anos, o público LGBTQIA+ não possuía representatividade nas esferas das políticas de coleções das unidades de informação, o que delimitava a busca por materiais relacionados a gênero/sexualidade e a disseminação de informações sobre identidades dissidentes em ambientes informacionais formais (NORMAN, 1999). Conforme os movimentos sociais foram ganhando voz em solo brasileiro, as pesquisas na Ciência da Informação (CI) começaram a enfatizar os esforços na compreensão dos *modus operandi* de grupos fora da cisgeneridade e heterossexualidade hegemônica, aumentando o escopo e ampliando as comunidades de análise.

Todavia, apesar do crescimento – mesmo que ínfimo – de trabalhos relacionados à população LGBTQIA+ na CI, ainda se nota uma lacuna bibliográfica nas unidades de informação sobre travestilidade, transexualidade e transgeneridade que necessita ser preenchida, tendo em vista que as demandas da população em voga têm crescido exponencialmente nas últimas duas décadas.

Drake e Bielefield (2017) pontuam que embora tenha havido um crescimento de trabalhos sobre pessoas LGBTQIA+ nos estudos de usuários da informação, travestis, transexuais e transgêneros raramente tiveram suas necessidades de informação estudadas e/ou compreendidas, e portanto, dificilmente tiveram suas necessidades supridas em bibliotecas, arquivos e museus. A falta de pesquisas com esse público é atribuída à invisibilidade dos sujeitos que não pertencem às normatividades cisgêneras e heterossexuais hegemônicas, o que contribui para o negligenciamento científico das identidades divergentes aos padrões normativos.

Nesse sentido, esta pesquisa se estrutura para visibilizar a população travesti, transexual e transgênera na CI, tendo as práticas informacionais como alicerce para os processos ligados à identificação de suas necessidades de informação, à busca sobre identidade de gênero, à forma com que têm sido utilizadas as informações acessadas, trocadas e compartilhadas, bem como os contextos sociais influenciam em suas pesquisas cotidianas. Além

disso, compreende-se que os estudos de práticas informacionais podem auxiliar não só nas políticas de coleções e atendimento humanizado nas unidades de informação, mas também colaborar para que outras disciplinas, como as vinculadas à área da saúde, criem mecanismos de cidadanização para lidar com a realidade desta população.

Com base no exposto, este estudo teve como objetivo refletir sobre os estudos das práticas informacionais voltados para as travestis, transexuais e transgêneros, visando identificar como se formam as principais necessidades de informação, quais as motivações para o processo de busca e como é realizada o uso/compartilhamento de informação sobre identidade de gênero.

Quanto à abordagem metodológica, essa pesquisa se caracteriza no que se referem aos objetivos como exploratória, que [...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27). Quanto aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, realizando-se um levantamento de artigos na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no Portal de Periódicos da Capes, no ResearchGate e em livros, cujos assuntos procurados foram práticas informacionais, comportamento informacional, estudos de usuários conjuntamente com os termos travestis, transexuais e transgêneros.

2 ESTUDOS DE USUÁRIOS

Os estudos de usuários da informação fundamentaram-se, tradicionalmente, com o propósito de traçar o perfil dos grupos de indivíduos de uma mesma unidade social para avaliar os sistemas de informação e os serviços prestados pelas bibliotecas, em uma tentativa de aperfeiçoamento do acervo. Constata-se que estes estudos passaram por mudanças ao longo das décadas, as quais foram sendo readequadas e modificadas para atender diferentes e múltiplas identidades (sexuais, de gênero, sociais e culturais) de usuários.

A longa tradição desses estudos remonta à década de 1930, desde a imigração em massa ocorrida na cidade de Chicago, nos Estados Unidos,

sob a demanda de conhecer o perfil dos usuários potenciais das bibliotecas públicas da cidade. Visava-se adequar a coleção, o sistema e o serviço de referência, no sentido de atender as necessidades de informação dos novos moradores do local (BERTI; ARAÚJO, 2017).

Uma década depois, esses estudos foram sistematizados e reelaborados na apresentação dos trabalhos de Bernal e Urquhart, na Royal Society Scientific Information Conference, no Reino Unido, em 1948. Verifica-se, a datar de 1950, o inclinamento de uma tradição de estudos sendo direcionados para os hábitos informacionais dos cientistas e dos técnicos das áreas de ciências naturais e das engenharias (ARAÚJO, 2016; FIGUEIREDO, 1994).

Cabe ressaltar que, neste momento, vive-se o período histórico de Guerra Fria. Como consequência, a guerra foi decisiva na propagação do modelo de produtividade dos Estados Unidos ao redor do mundo, com afetação no direcionamento estratégico e produtivo de inúmeras organizações e empresas. Esse modelo de produção científica atinge a CI e os estudos de usuários, e para Araújo (2008), neste último campo, a orientação se concentrou na definição dos usuários a serem estudados: cientistas e tecnólogos; a fim de colaborar na produção do desenvolvimento científico e tecnológico de maneira ágil e eficiente.

Para Costa, Silva e Ramalho (2009), intensificam-se, neste período, os estudos de usuários voltados ao uso da informação, com ampliação de comunidades específicas de usuários, como os grupos de pesquisadores das ciências aplicadas. Foram surgindo diversos estudos dedicados aos interesses de leitura, às fontes e canais de informação e aos serviços prestados pelas unidades de informação.

No entanto, Wilson (2000) analisa tais trabalhos dentro de um viés tecnicista, na medida em que o interesse girava em torno de determinar como as fontes de informação poderiam ser úteis aos cientistas e como eles poderiam ser persuadidos a utilizá-las da melhor maneira. A partir disso, as críticas fomentadas nessas pesquisas, ligadas ao mecanicismo enquanto processo de trabalho, alocam-se até meados da década de 1970, nos chamados estudos tradicionais, cuja percepção dos usuários ainda era mantida “desencaixada” de suas realidades culturais, políticas e afetivas, dando vazio às críticas ao sistema tecnicista e mecanizado (ARAÚJO, 2008).

Nota-se que os estudos de usuários, até final da década de 1970, são edificados em uma perspectiva tecnicizada, com a elaboração de métodos estritamente quantitativos e limitantes. Para Ferreira (1995), o usuário era colocado como um processador imperfeito de informação, condicionado à retroalimentação dos sistemas de informação.

A limitação dos estudos quantitativos, absortos com o acesso físico e utilização dos sistemas de informação, desenhou uma ruptura dos estudos tradicionais, desenvolvendo uma nova abordagem centralizada nos usuários: a abordagem alternativa. A perspectiva focalizada nos usuários surge com uma aproximação aos processos cognitivos, aos modelos mentais e à representatividade dos indivíduos no centro das pesquisas (ARAÚJO, 2016).

A abordagem alternativa, disseminada a partir da década de 1980, representa os usuários como sujeitos com necessidades fisiológicas, cognitivas e afetivas fundamentadas em seu constructo pessoal, operando dentro de um diagrama que compõe um ambiente sociocultural, político e econômico. As necessidades individuais, os esquemas e os ambientes sustentam o contexto do que foi intitulado “comportamento informacional”. Dervin e Nilan (1986) pontuam que os mais significativos atos de comunicação – questionar, interpretar, planejar, criar, resolver, responder – são abundantemente explorados e valorizados no modelo alternativo.

A lógica por trás da perspectiva centrada nos usuários é que os sistemas e serviços de informação sejam plasmados de acordo com as especificidades dos próprios usuários, com a natureza de suas necessidades de informação e os processos de busca, acesso e uso da informação, a fim de maximizar a eficiência e eficácia dos sistemas e serviços oferecidos.

É dentro dos aspectos da abordagem cognitiva que se intensificam os estudos sobre necessidades de informação. Na perspectiva de Miranda (2006), novos estudos focalizam-se nos vieses de como os usuários analisam suas necessidades de informação, em virtude dessas necessidades traduzirem um estado de conhecimento no qual um indivíduo se confronta com a exigência de buscar, acessar e utilizar a informação que lhe é indispensável para dar prosseguimento ao seu trabalho e/ou tarefa.

Em uma visão prioritariamente psicológica, essa necessidade surge

como um impulso, que é construído a partir dos fatores cognitivos dos sujeitos, conduzido pela ambientação de um contexto específico e pela constatação de um problema a resolver, um objetivo a atingir ou uma decisão a tomar. Ou seja, as necessidades de informação são derivadas e comandadas por necessidades fundamentais dos indivíduos.

A existência de um problema a ser resolvido ou um estado anômalo de conhecimento são artifícios fundamentais para explicar o que leva um indivíduo a buscar por informações. O conhecimento de uma necessidade de informação concebe a interpretação do porquê as pessoas se envolvem nos processos de busca, e conseqüentemente, no comportamento informacional.

Nesse sentido, constata-se que a abordagem alternativa é marcada pelos modelos mentais dos usuários, partindo dos aspectos cognitivos e centralizadas nas estruturas interpretativos da informação. Verifica-se que este paradigma é direcionado às características fenomenológicas e particulares dos sujeitos, focalizando em suas necessidades de informação – as quais são consideradas pontos norteadores para a busca da informação e a satisfação de uma lacuna informacional. No entanto, sua perspectiva é restringida aos processos mentais e individuais dos sujeitos, apoiando-se no viés de que a informação está separada do usuário, desconsiderando as construções históricas, a formação dos indivíduos ao longo da vida, seus ideais políticos e seus valores.

Fruto das críticas realizadas aos estudos de comportamento informacional, a abordagem social surge em meados da década de 1990 para suprir as influências subjetivas, sociais e históricas que potencializam ou inibem a busca de informação dos usuários. Para Berti e Araújo (2017), diferentemente dos modelos de comportamento informacional – importantes referências para responder questões associadas aos caminhos a serem traçados pelos indivíduos quando possuem uma necessidade de informação –, os usuários não operam o processo informacional apenas quando incubidos de uma necessidade, mas em toda gama de suas ações informacionais, correlacionadas à informação pragmática, humanística e marcada pela construção recíproca dos relacionamentos e interações.

Araújo (2012) subscreve a coletividade como “ação recíproca”, isto é, ação de transferência, afetação e influência mútua sobre algo. Nesta

perspectiva, contemplada como “interacionista”, ao passo que o usuário não está isolado de um contexto nacional, político e/ou social, ele também não será determinado pelo contexto no qual está inserido, visto que a determinação que a conjuntura dos fatores exerce sobre o indivíduo é real, mas não é mecânica nem absoluta; pelo contrário, é interpretada, alterada e estruturada com base nas relações intersubjetivas dos sujeitos.

Acessar, se apropriar e utilizar a informação é tanto uma ação cognitiva quanto uma ação afetiva, emocional, cultural e contextual. Portanto, a abordagem interacionista tem como princípio desvincular e superar a dicotomia historicamente marcada no campo dos estudos de usuários da informação. A dualidade sujeito ativo/sujeito passivo, sujeito cognitivo- emocional/sujeito cultural/contextualizado perde sentido quando a percepção da dimensão das pesquisas volta-se para os fenômenos e elementos que compõem a totalidade do universo dos usuários (ARAÚJO, 2012).

Joas (1987) compreende que, em situações sociais, os sujeitos são os próprios agentes de estímulo para outros sujeitos. O enfoque dessa análise é contemplado pela teoria do interacionismo simbólico, cunhada por Herbert Blumer, em 1938, cujos processos de interação recíproca baseiam-se no caráter simbólico das ações sociais. Essas ações, pautadas através das inter-relações, não são fixas e não possuem regras de transferência, mas são estabelecidas conjuntamente; assim, as relações sociais não estão prontas e “acabadas”, pois são abertas e subordinadas ao reconhecimento contínuo e recíproco por parte dos membros da comunidade. As ações desenvolvidas associadas às relações sociais são multifacetadas, tendo múltiplas motivações que podem voltar-se aos desejos culturais e informacionais dos indivíduos: desejo de novas experiências, desejo de domínio de uma situação cotidiana, desejo de reconhecimento e desejo de compreensão/certeza das identidades que os compõem (JOAS, 1987).

As questões que motivam as ações dos usuários frente aos procedimentos de busca, acesso e uso da informação são melhor alinhadas ao alicerce teórico das práticas informacionais, à medida em que se expande indagações sobre “o que” buscam, “como” buscam e “o quanto” buscam para abranger interrogações como “o porquê” buscam, tencionando compreender como os contextos sócio-históricos e políticos influenciam

no processo de busca cotidiano dos indivíduos.

Dessa forma, pode-se afirmar que todas as identidades que compõem o sujeito influenciam em sua busca informacional, seja pela classe econômica pertencente, raça/etnia, faixa etária, escolarização, identidade sexual e/ou identidade de gênero. E neste trabalho, a identidade de gênero aparece como papel norteador para as práticas informacionais de populações não-cisgêneras.

3 GÊNERO COMO CATEGORIA IDENTITÁRIA

É com base na história, memória e cultura que se estabelecem as identidades sociais – sexuais, de gênero, raciais, de classe etc. Essas identidades possuem caráter fragmentado, instável, diversificado e múltiplo, compondo a subjetividade e a performatividade dos sujeitos à medida em que são interpelados pelos valores, normas, instituições e agrupamentos sociais. Dentro desse aspecto, as identidades sexuais e as identidades de gênero abarcam as linguagens, fantasias, simbologias, representações, convenções e rituais profundamente distintos e pluralizados. Não há naturalidade no terreno do sexo/gênero/sexualidade, dado que a concepção do que é ou não natural perpassa os processos culturais e históricos da sociedade.

Os corpos humanos são socializados com expressões de gênero – feminino ou masculino – e inscritos no contexto de determinadas culturas e, por conseguinte, com as marcas dessas culturas. Ou seja, as identidades sexuais e as identidades de gênero são compostas e transformadas pelas inter-relações sociais, pela modulação das redes de comunicação e pelos sistemas de poder; elas são construídas socioculturalmente, no arranjo discursivo entre mente, corpo, sociedade e inter-relacionamento. Essas identidades não são/estão prontas, acabadas, finitas e alinhadas aos sujeitos, tendo em vista que é mediante a construção individual (que cerca o cultural e o social) que os indivíduos (re)constróem-se enquanto femininos e/ou masculinos.

No embalo das decodificações entre as terminologias, Jesus (2018) menciona que a identidade de gênero corresponde às formas de um indivíduo se identificar e ser identificado como homem, mulher ou outro

gênero na sociedade. Já a identidade sexual (ou orientação sexual, como comumente é conhecida) diz respeito à atração afetivo-sexual entre pessoas possuintes de algum(ns) gênero(s). O que se consagra, nesta dimensão, é que a identidade de gênero e a identidade sexual não dependem uma da outra, mas complementam-se.

Cabem algumas alegações no que se refere às normatizações intrinsecamente alinhadas a essas identidades: no campo das sexualidades, a heterossexualidade é compreendida como regime de discurso/poder compulsório; e na esfera das identidades de gênero, a cisgeneridade é estabelecida como uma ideia de sexo natural, biológico e verdadeiro (BUTLER, 2003; JESUS, 2018). Visualiza-se que os processos pelos quais ocorre a naturalização dos corpos “reais” fazem parte da produção da heterossexualização e da cisnormatização das identidades, em discordância aos corpos tidos como inconformes a essas estruturas.

Os corpos inconformes podem ser enquadrados ao que Butler (2003, p. 190-191) chamou de abjeto, como “[...] aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente ‘Outro’”. Para Vergueiro (2015), essa abjeção é potencializada a partir das percepções cisgêneras e normativas contrárias às diversidades corporais e de identidades de gênero fora do eixo binário homem/mulher cisgêneros – como travestis, mulheres e homens transexuais, transgêneros, queer, e demais gênero-diversas.

A cisnormatividade é sistematizada como uma sucessão de forças socioculturais e institucionalizadas que produzem discursivamente a cisgeneridade como fruto da normalidade e naturalidade dos corpos humanos, negando e punindo qualquer identidade não-dicotômica e “invasora” perante a estrutura social legítima (VERGUEIRO, 2015; FOUCAULT, 1985).

É por trás das táticas de cerceamento das identidades desviantes que manifestam-se as ordens legisladoras de poder, enfatizando o que Foucault (1985) identificou fazer parte da lógica da censura, a qual interdita e anula quaisquer possibilidades de anunciação de existência fora das leis normatizadoras. O mecanismo de censura liga o “inexistente”, a figura ilícita e o imagético informulável ao conjunto de proibições sociais, isto é, a existência das identidades sexuais e identidades de gênero que sofrem intervenção social e rompem com as regras do sistema sexo/gênero só são consideradas identidades à custa de sua anulação.

Os corpos que se constroem às margens da correspondência heterossexual e cisgênera são imprescindíveis para o funcionamento da norma, já que demarcam e reforçam as institucionalizações desses corpos inconformes (FOUCAULT, 1985). Essas institucionalizações fazem parte do plano social de privação, controle e repressão, tornando a díade sujeito versus abjeto fruto do reforço contínuo de condutas que moralizam e modelam as identidades tidas como decentes, reforçando constantemente o lugar do Outro.

A delimitação dessa fronteira é apontada pela produção de abjeção entre o Eu e o Outro, pois denuncia a fragilidade do Eu e reverbera a ameaça que o corpo do Outro produz. O corpo tido como abjeto é situado nas zonas inóspitas e inabitáveis do meio social, as quais são, não obstante, super povoadas por seres que não gozam do status de sujeito. Em vista desse fator, a construção da abjeção não diz respeito à ausência de saúde ou limpeza, mas das perturbações que o ser abjeto pode causar em uma determinada identidade, em um sistema e/ou em uma ordem (PORTO, 2016).

Os corpos abjetos são a exceção que estão dentro de determinada matriz cultural, mas, ao mesmo tempo, fora do sistema universal de sociabilidade. Os seres assim denominados não são excluídos por serem considerados inqualificáveis e/ou por uma cegueira social, e sim pela produção de objetivos políticos bem delineados pelo Estado. Essa normatização, fundamentada pela criação de leis/estatutos e propiciadora das relações inclusivas e excludentes, governa as estruturas de sentido e estabelece os lugares e não-lugares desses seres afetados (PORTO, 2016).

Apesar das evidências sobre a construção sócio-histórica e cultural da sexualidade e do gênero, a tendência positivista, cisgênera e heterossexual circunscreve a temática dentro de uma ferramenta de imposição, aludindo a influência da biomedicina e das expressões sexuais e expressões de gênero como fisiológicas e reprodutivas, mostrando, com isso, que os limites impostos pela moralidade mantêm estratégias de regulamento dos corpos e das populações.

Sob este enfoque, as identidades de gênero que rompem com o sistema sexo/gênero cisgênero têm o campo de validação dificultoso, ao considerar que “abdicam” das identidades atribuídas no nascimento (ou

antes, na maioria das vezes) para readequarem seus corpos às identidades de gênero das quais se identificam. Em outras palavras, travestis, transexuais e pessoas transgêneros são indivíduos que renegam a cisgeneridade e os privilégios masculinos/femininos “reais”.

A quebra dos paradigmas das normas de gênero torna as pessoas que não possuem uma dinâmica prevista dos corpos coesos sujeitas às hostilidades e assujeitamentos cotidianos na sociedade ocidental. Nesta perspectiva, a identidade travesti inaugurou um desdobramento identitário na autoconstrução e autogestão de sua identidade, embaralhando os códigos normativos de conduta e causando mal-estar nas categorias binárias de gênero e antagônicas sobre mulheridade e hombridade instaurada socialmente.

A transformação de gênero é uma expressão nativa para referir-se ao processo de feminilização identitária das travestis, o qual se inicia com técnicas, procedimentos estéticos e mecanismos de refazimento da imagem masculina para a idealização de feminilidade. Esse processo se inicia com a remoção dos pelos do rosto, pernas, braços, sobrelhas e virilhas. Além disso, deixa-se o cabelo crescer e passa-se a utilizar maquiagens e vestimentas enquadradas dentro do universo feminino; a seguir, começa-se o seguimento da ingestão de hormônios femininos (pílulas anticoncepcionais, géis e injeções intramusculares), progredindo entre as aplicações de silicone industrial líquido nos quadris e posteriormente nos seios às intervenções cirúrgicas mais radicalizadas, como operação plástica no nariz, feminização facial (FFS), eliminação do pomo-de-adão e preenchimento das maçãs do rosto e dos lábios (SILVA, 2007).

Silva (2007) conclui que a transformação de gênero edifica-se como um “processo sem fim” para as travestis, já que o ato de não investir na corporeidade com as tecnologias protéticas e farmacológicas podem vir a comprometer a estrutura do processo de feminilização em si, revelando falhas morais como desleixo, negligência, indisciplina, preguiça e, na pior das hipóteses, aproximando-as à masculinidade.

Diferentemente da construção da feminilidade das mulheres cisgêneras – ou, em outras palavras, a socialização da mulher cisgênera –, as travestis valorizam a construção da estética feminina como veículo de progressão identitária, sendo as transformações do corpo vislumbradas

como enriquecimento moral e social. Atribuem à naturalidade da estética feminina um condicionante da mulheridade, da cisgeneridade, enquanto a artificialidade faz jus aos próprios encantos das travestis (KULLICK, 2008).

Sob o ponto de vista estético, as travestis materializam o gênero na imagética feminina, borrando, por vezes, a compreensão sobre o que se estabelece enquanto feminilidade e mulheridade, já que para muitos, as travestis expressam-se como modelos ou “cópias” de mulheres cisgêneras. Concomitantemente, algumas mulheres cisgêneras assemelham-se às travestis ao atribuir a seus corpos adornos e adereços vinculados a uma “perfeição feminina”, com a aplicação das próteses de silicone, utilização de maquiagens e referência aos padrões de feminização absoluta. As travestis inauguram, portanto, “[...] uma nova forma de inventar o feminino, de borrar as referências de gênero e de propor um novo olhar sobre si mesmas” (PERES, 2015, p. 40).

Embora a travestilidade ora apresente-se em termos passíveis de tradução, há que se compreender sua constituição a partir das múltiplas possibilidades de expressões da feminilidade. Urge compreender que, apesar das travestis reconstruírem uma corporeidade através dos signos e simbologias, o gênero travesti circunscreve a versatilidade no âmbito da feminilidade.

Por mais que pareça haver consenso sobre a definição fixa e estável no processo de constituição do sujeito travesti, a composição desse corpo-gênero revela que as identidades de gênero subscrevem-se como fruto do que Butler (2003) apresentara como performance. Para a autora, gênero é performance, é atuação, e nesse aspecto a experiência existencial da travestilidade amplia a gama de possibilidades exploratórias da feminilidade.

Na medida em que rompe e descompromete-se com a perpetuação da ordem normativa, a travestilidade caracteriza-se propriamente pela inventividade inerente à performance de gênero/sexual feminina, reinventando seus desejos e recriando-se como uma ação política. Portanto, é no corpo, enquanto território repleto de significações, que o gênero travesti materializa-se. A definição das roupas, acessórios, gestos e modificação de comportamentos formam não apenas a estética do corpo materializado, mas promovem a marca de toda uma transformação moral e social.

4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Travestis, transexuais e transgêneros são identidades tipicamente reunidas em estudos sobre lésbicas, gays e bissexuais. Acreditamos ser necessário ponderar que o contexto sócio-histórico das pessoas T diferem substancialmente das demais siglas que condizem à esfera da identidade sexual (LGB), tendo em vista que suas necessidades de informação superam as nuances da “saída do armário” e da orientação de suas sexualidades.

As necessidades de informação das pessoas T surgem em constante negociação com os processos subjetivos de construção do Eu, fluindo em um processo horizontal que se direciona aos reajustes de gênero, às adequações de seus corpos e à busca constante para legitimação de suas identidades. Beiriger e Jackson (2007) argumentam que as necessidades de informação das pessoas T se diferem das necessidades de informação das pessoas cisgêneras por conta de seu caráter estar voltado às reestruturações constantes de suas identidades, seja física e/ou cognitivamente.

Hawkins e Giesking (2017) afirmam ser nítido que a identidade de gênero pela qual a pessoa se identifica influencia diretamente em todos os aspectos informacionais da população de pessoas trans e travestis. Como o processo de transição não se apresenta como um processo simples e monolítico mas como um delineamento contínuo, é de suma importância que seja reconhecida as informações vinculadas às necessidades de saúde, de reivindicação política e de construção subjetiva, buscando verificar os comportamentos, os recursos informacionais empregados e as melhores formas de buscar as informações concernente às suas identidades de gênero.

Pohjanen e Kortelainen (2016) verificam que o início da busca de informação de pessoas T se equipara ao início da reconstrução de suas identidades de gênero. O processo de busca é ininterruptamente direcionado à reconstrução de suas identidades (seja de homem para mulher, de mulher para homem ou demais possibilidades de transmutação de gênero), mantendo os esforços da pesquisa na localização da melhor maneira a adequar as vestimentas, comportamentos, trejeitos etc. às expectativas que se pretende alcançar.

A necessidade de confecção do corpo físico e sua readequação na

sociedade é apresentada como ponto chave em grande parte dos estudos de usuários sobre pessoas travestis, transexuais e transgêneras, visto que a identidade de gênero influencia em todas as esferas da vida dessas pessoas (BEIRIGER; JACKSON, 2007; POHJANEN; KORTELAJINEN, 2016; DRAKE; BIELEFIELD, 2017; HAWKINS; GIESKING, 2017; PINTO, 2018; SILVA, 2019; NASCIMENTO; MATA, 2020). No início da transição, a preocupação condiz à hormonioterapia; à literatura LGBTQIA+ com foco na população T (para autocompreensão e compreensão do público em que pertencem) e à cirurgia de transgenitalização. Nota-se que todas essas informações permanecem importantes em toda trajetória de vida desta comunidade, seja para utilização pessoal ou para a disseminação, troca e reivindicação política do movimento organizado.

Por conta de as informações relacionadas ao gênero e à sexualidade das pessoas T serem pouco disponibilizadas nas estruturas formais de conhecimento, grande parte das buscas de informação sobre identidade de gênero são vinculadas às redes sociais e digitais. Adams e Peirce (2006) afirmam que a internet aparece como primeiro veículo para buscar informações sobre travestilidade, transexualidade e transgeneridade por parte de pessoas T. Esse fator se justifica pelo fato desses indivíduos preferirem utilizar informações veiculadas às vivências de outras pessoas, associando a necessidade de informação de seus pares aos seus próprios questionamentos e experiências. Ou seja, além dos indivíduos T buscarem informações sobre identidade de gênero nas fontes formais/informais da internet, eles recorrem a outros indivíduos semelhantes para a efetivação do uso da informação.

Essa consideração também aparece na pesquisa realizada por Drake e Bielefield (2017), em que a internet e os amigos próximos, geralmente pertencentes à mesma categoria identitária, aparecem como as principais fontes de informação sobre saúde física e mental, bem-estar, organizações políticas, questões espirituais e processos de reconstrução de gênero. Médicos, terapeutas e organizações religiosas/espirituais foram as terceiras fontes mais escolhidas, respectivamente. Os autores ainda afirmam que apesar dos médicos e os terapeutas aparecerem como a terceira fonte de informação mais utilizada, a internet e a comunidade discursiva são as duas fontes mais comumente escolhidas para buscar sobre questões relacionadas

à saúde geral, à hormonioterapia e aos médicos trans-inclusivos.

Nessa perspectiva, a correspondência que coloca os médicos e os profissionais da saúde como fontes terciárias para buscar sobre questões médicas específicas se dá pelo fato de a medicina e a psiquiatria ter pontuado, durante anos consecutivos, a transexualidade, travestilidade e transgeneridade como inconformes à sociedade, afirmando serem patológicos os corpos dissidentes às normas heterossexuais e cisgêneras.

No Brasil, a partir da década de 1980, a transexualidade foi incluída no Código Internacional de Doenças (CID), como um marco do processo histórico da transexualidade, da travestilidade e da transgeneridade como uma patologia. No mesmo período, a Associação de Psiquiatria Norte-Americana aprovou a terceira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), ao incluir a transexualidade dentro do aspecto “Transtornos de Identidade de Gênero”. Percebe-se que qualquer nível de deslocamento com o masculino e feminino heterossexual e cisgênero deverá sofrer intervenções especializadas nas ciências psiquiátricas, com o objetivo de manter a ordem e a coerência entre corpo, gênero e sexualidade, baseando-se na heterossexualidade e na cisgeneridade compulsória (BENTO; PELÚCIO, 2012).

São vários os determinantes sociais que influenciam a busca de informações de pessoas T sobre saúde, incluindo a condição escolar, ambiental, faixa etária, sexualidade, confiança etc., os quais contribuem para o distanciamento de pessoas T aos médicos e funcionários da saúde como primeira fonte de informação. Drake e Bielefield (2017) apresentam que as pessoas T possuem maior dificuldade em encontrar informações sobre saúde e bem-estar, saúde mental e emocional e informações médicas sobre saúde T específica (exames de testosterona, estrogênio, laudos médicos, hormônios, cirurgias etc.).

No estudo de Hawkins e Gieking (2017) sobre o comportamento informacional de indivíduos trans na rede social Tumblr, notou-se a utilidade pública e importância das redes de apoio como mecanismos de autoconstrução e reconstrução identitária, tendo o compartilhamento de saúde individual como foco da experiência do grupo. Na plataforma online, a utilização de hashtags como #ftm e #mtf são utilizadas para marcar a identidade dos usuários, os quais oferecem experiências e vivências sobre

o próprio corpo. Além disso, o grupo se concentra no compartilhamento de indicação de médicos trans-inclusivos que realizam procedimentos estéticos e acompanhamentos psi.

Essas redes sociais oferecem um espaço de segurança para aprender, compartilhar e trocar informações com pessoas semelhantes sobre o período pré e pós transição, hormonioterapia e cirurgias. Todavia, percebe-se que apesar das informações sobre saúde T ser constantemente retroalimentada (pelas publicações, pela troca informacional nos comentários), não há fontes de informação confiáveis e especialistas em saúde no grupo (HAWKINS; GIESKING, 2017).

Verifica-se que a busca de informação de pessoas T sobre saúde, identidade, corpo, sexualidade etc. ocorre nas redes sociais, por meio de blogs/sites (THOMPSON, 2012; DRAKE; BIELEFIELD, 2017). Contudo, estudos como o de Nascimento e Mata (2020) afirmam que apesar da internet e as redes sociais aparecerem como principal mecanismo de busca informacional sobre identidade de gênero, há muita desatualização, fake news e insuficiência informacional nesses ambientes. Esses obstáculos influenciam a população T a reduzir o número de fontes de informação, constituindo uma rede de apoio em grupos sociais que pertencem à comunidade T, e priorizando as vivências, experiências e produção de conhecimento no próprio grupo.

Pinto (2018) argumenta que as experiências e vivências das pessoas T possuem grande importância para a construção dos fenômenos identitários de gênero, já que a construção das identidades travesti, transexual e transgênero florescem por meio dos processos informacionais. Nesse sentido, o uso da informação aparece como um impulsionador do início da transição de gênero, visto que, cessadas as primeiras dúvidas sobre hormonioterapia, cirurgias, grupos de apoio etc., os sujeitos tendem a utilizar a informação acessada para decidir transicionar para outro gênero.

O uso da informação auxilia tanto no início quanto no processo de transição de gênero, podendo ser dividido em três categorias: esclarecimento, instrumental e pessoal/política. Na primeira categoria, esclarecimento, a informação é utilizada prioritariamente para responder aos questionamentos sobre identidade de gênero e para autocompreensão. Na categoria instrumental, o uso da informação serve para auxiliar os

sujeitos ao passo em que eles se sintam capazes de saber o que e como fazer, e nesse sentido, as pessoas T utilizam a informação para iniciar a transição e para ajustar os arranjos identitários ao longo do processo de transmutação de gênero. A última categoria, pessoal/política, pondera que a informação é utilizada para satisfação pessoal e coletiva, criação das relações interpessoais, troca informacional, compartilhamento com os próprios pares e empoderamento identitário (PINTO, 2018).

Facchini (2018) afirma que na atual conjuntura política do Brasil, grupos minoritários, e em especial travestis, transexuais e transgêneros, têm utilizado as redes sociais para disseminação de suas vivências, experiências e ações como uma cosmovisão política de ser, estar e produzir novos horizontes discursivos. A produção de conhecimento dessas populações tem consistido no compartilhamento e na troca com as experimentações de outros sujeitos semelhantes, objetivando expandir as informações sobre travestilidade, transexualidade e transgeneridade para o maior número de pessoas possíveis.

É por esse caminho que Vilka (2006 *apud* POHJANEN; KORTELAJINEN, 2016) argumenta que os sujeitos T não são apenas consumidores de informações sobre identidade de gênero nos múltiplos suportes, mas eles se constituem como os maiores e principais produtores e disseminadores de informações sobre saúde, corporeidade, identidade e reconstrução de gênero, colaborando ativamente para o desenvolvimento de sua ampliação.

Nesse sentido, travestis, transexuais e transgêneros reivindicam suas identidades enquanto legítimas a partir de suas próprias narrativas, utilizando o compartilhamento da informação para o refazimento da história e da memória que fora marginalizada e distorcida por um sistema normativo e opressor durante longos anos.

À medida em que fogem dos esquemas binários de gênero heteronormativos, os sujeitos oprimidos assumem suas narrativas e tornam-se disseminadores de informações concatenadas aos conteúdos informacionais que contribuem para a subversão da cisnormatividade e para o empoderamento de suas identidades (SILVA, 2019).

Travestis, transexuais e transgêneros têm conhecimento de que suas práticas informacionais assumem papel exponencial na geração de

novos conhecimentos aos seus pares, além de reafirmarem a multiplicação e difusão de informações que auxiliam no processo de empoderamento. Assim,

[...] o acesso a conteúdos informacionais contra-hegemônicos é fundamental no processo de empoderamento, visto que contribuíram na “compreensão” de seu lugar no mundo e os estimularam a disseminar estes significados ‘renovados’ da transexualidade [travestilidade e transgeneridade] como legítima expressão humana ao contrário do que a heteronorma fundamentada na linearidade sexo-gênero-desejo sexual busca validar (SILVA, 2019, p. 161).

Pode-se compreender que o acesso, o uso, a apropriação e o compartilhamento da informação têm papel potencializador de ressignificar o lugar de subalternidade concernente às pessoas vulnerabilizadas da sociedade contemporânea. Como resposta à essa carência informacional, o movimento de travestis, transexuais e transgêneros têm validado suas identidades através da resistência política, da história oral, do empoderamento, do protagonismo social e da resiliência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas sobre identidade de gênero, com foco na travestilidade, transexualidade e transgeneridade, circunscrevem um campo novo e urgente na CI. Nota-se que são ínfimos os trabalhos que apontam os contextos sócio-históricos, econômicos e políticos dessa população na área, o que reverbera na falta de documentos e materiais sobre gênero e sexualidade nas unidades de informação e profissionais, muitas vezes, despreparados para lidar com as múltiplas necessidades de informação sobre corporeidade, identidade e autocompreensão.

Como apresentado, a internet aparece como a principal fonte de informação para travestis, transexuais e transgêneros, sendo o maior mecanismo para acessar, trocar e compartilhar informações. Visualiza-se que as redes sociais e digitais têm propiciado a ecoação das vozes e narrativas de populações historicamente vulnerabilizadas, o que pondera que as vivências e experiências de indivíduos semelhantes influencia diretamente

nas práticas informacionais, à medida em que a ação recíproca aparece como um auxílio para a (re)construção de si e como um impulsionador para a reivindicação identitária da comunidade.

Recomenda-se que sejam realizadas pesquisas acerca dos estudos de usuários com variados enfoques – tradicional, alternativo e social – voltadas às populações não-cisgêneras (travestis, transexuais e transgêneros) para que seja possível destrinchar em diferentes níveis como a informação tem servido de subsídio para reivindicação política, empoderamento pessoal/comunitário e cidadania plena.

REFERÊNCIAS

ADAMS, S. S.; PEIRCE. Is there a transgender canon? Information seeking and use in the transgender community. **Proceedings of the Annual Conference of CAIS / Actes du congrès annuel de l'ACSI**, Toronto, June, p. 1-7, 2006.

ARAÚJO, C. A. A. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANCIIB, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3027/2153>. Acesso em: 4 ago. 2020.

ARAÚJO, C. A. A. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9896>. Acesso em: 4 ago. 2020.

ARAÚJO, C. A. A. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Inf. Pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 61-78, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/2970>. Acesso em: 4 ago. 2020.

BEIRIGER, A.; JACKSON, R. M. An assessment of information needs of transgender communities in Portland, Oregon. **Public Library Quarterly**, [s. l.], v. 26, n. 1-2, p. 45-60, 2007.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200017>. Acesso em: 4 ago. 2020.

BERTI, I. C. L. W.; ARAÚJO, C. A. A. Estudos de Usuários e Práticas Informacionais: do que estamos falando?. **Informação & Informação**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 389-401, out. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31462>. Acesso em: 4 ago. 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, L. F.; SILVA, A. C. P.; RAMALHO, F. A. (Re)visitando os estudos de usuário: entre a tradição e o alternativo. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, jul./ago. 2009.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, [s. l.], v. 21, p. 3-33, 1986.

DRAKE, A. A.; BIELEFIELD, A. Equitable access: Information seeking behavior, information needs, and necessary library accommodations for transgender patrons. **Library & Information Science Research**, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 160-168, 2017.

HAUNTON, M. **Documenting LGBT history across the UK**. 22 fev. 2013. Disponível em: <https://blog.nationalarchives.gov.uk/documenting-lgbt-history-across-the-uk/>. Acesso em: 4 ago. 2020.

HAWKINS, B; GIESKING, J. Seeking Ways to Our Transgender Bodies, by Ourselves: Rationalizing Transgender-Specific Health Information Behaviors. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 54, n. 1, p. 702-704, jan. 2017.

FACCHINI, R. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTI. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (orgs.) **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 311-329.

- FERREIRA, S. M. S. P. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.
- FIGUEIREDO, N. M. Estudos de uso e usuários da informação. Brasília: IBICT, 1994.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.
- JESUS, J. G. Travessia: caminhos da população trans na história. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (orgs.) **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 379-392.
- JOAS, H. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1987, p. 127-174.
- KULICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- MIRANDA, S. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a10.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2020.
- NASCIMENTO, M. A. S.; MATA, M. L. Comportamento informacional de travestis multiplicadoras: a reconstrução da cidadania por meio da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-24, 2020. Disponível em: brapci.inf.br/index.php/res/v/134846. Acesso em: 3 mar. 2021.
- NORMAN, M. Out on loan: a survey of the use and information needs of users of the Lesbian, Gay and Bisexual Collection of Brighton and Hove Libraries. **Journal of Librarianship and Information Science**, United Kingdom, v. 31, n. 4, p. 188-196, dec. 1999.
- PERES, W. S. **Travestis brasileiras: dos estigmas à cidadania**. Curitiba: Juruá, 2015.

PINTO, E. M. **Informação e transgeneridade**: o comportamento informacional de mulheres transgêneras e as percepções da identidade de gênero. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32044/1/2018_EltonM%C3%A1rtiresPinto.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

POHJANEN, A. M.; KORTELAINEN, T. A. M. Transgender information behaviour. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 72, n. 1, p. 172-190, 2016.

PORTO, T. S. A incômoda performatividade dos corpos abjetos. **Ide (São Paulo)**, São Paulo, v. 39, n. 62, p. 157-166, ago. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062016000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 maio 2020.

SILVA, L. F. **Práticas informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT**. 2019. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SILVA, L. M. P. **Nos nervos, na carne, na pele**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. 2007. 313 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1399?show=full>. Acesso em: 4 ago. 2020.

THOMPSON, K. J. “Where’s the ‘T’?: improving library service to community members who are transgender-identified”. **B Sides, U of I SLIS Journal**, [s. l.], v. 22, p. 1-17, 2012. Disponível em: <https://ir.uiowa.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1032&context=bsides>. Acesso em: 4 ago. 2020.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

WILSON, T. D. Human information behaviour. **Informing Science**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 49-55, 2000.